

PEREIRA, João Cordeiro

«A receita do Estado português no ano de 1526. Um orçamento desconhecido» in Estudos de História de Portugal. Homenagem a A.H. de Oliveira Marques , vol. II, Séculos XVI-XX . Lisboa, Editorial Estampa (col. Imprensa Universitária, nº 24), 1983, pp. 13-55.

BN H.G. 39839 V.

15

Raridade dos documentos portugueses susceptíveis de fornecer, para o séc. XVI, informação completa e sistemática da evolução das receitas públicas . Esta lacuna deve-se ao desaparecimento quase total dos arquivos da casa dos contos com o terramoto de 1 de Novembro de 1755.

Necessidade de recorrer a outro tipo de fontes:

cartas de quitação registadas na chancelaria real

cadernos de assentamento

... que, no entanto, estão longe de permitir a elaboração de séries contínuas ou de cobrir toda a gama de rendimentos régios.

Esta raridade de documentos contrasta com o extremo cuidado e minúcia que o Estado moderno em Portugal dedicou à estruturação da contabilidade pública, num contexto de interacções do aprofundamento da mentalidade quantitativista e da decisiva importância de uma economia de mercado com complexas relações e responsabilidades internacionais .

16

Ao longo do século XVI vulgarizam-se práticas que datavam de meados do século XV, e que haviam possibilitado, em 1478, à vedoria central da fazenda o cálculo das receitas e despesas ordinárias do ano transacto, e prever as desse ano .

... Em termos legais, porém, apenas no reinado de D. Manuel I (1495-1521) , com a publicação do «Regimento e Ordenações da Fazenda» , em 1516, vão ser sistematizadas as normas que irão orientar durante mais de um século a contabilidade pública.

... as reformas de 1516 representam a primeira tentativa séria para estabelecer a administração da fazenda real nas bases de uma contabilidade se ainda não perfeita, pelo menos moldada em ideias de simplicidade e uniformidade que representam um avanço enorme sobre os processos de trabalho até aí seguidos.

Peças essenciais da contabilidade central manuelina:

livro do tombo

livro dos almoxarifados

sumário -a lista das rendas reais de cada ano, organizada pelos vedores da fazenda com elementos tirados dos arrendamentos já feitos, ou das rendas lançadas por orçamento por não terem ainda encontrado arrematantes .

17

A partir destes elementos, faziam-se os cadernos dos assentamentos que continham as ordens das despesas a efectuar, e começava o ano financeiro que coincidia com o ano civil .

... Supomos que do sumário ou dos livros da fazenda se faziam estratos que permitiam obter rapidamente uma ideia da distribuição das receitas e dos encargos financeiros do estado. Esses documentos circulavam, por certo, entre os altos oficiais, ou nas repartições centrais da fazenda, em Lisboa, e estariam, também, à disposição dos vedores da fazenda no Porto e no Algarve.

18

A receita para o ano de 1526 foi encontrada, por acaso, anotada no Livro do registo geral da alfândega de Vila do Conde , por Sebastião Rodrigues, escrivão da alfândega.

... Efectuando essa cópia, ... Sebastião Rodrigues legou-nos um documento que podemos apontar como um dos mais antigos orçamentos de receita do Estado Português.

24

... Como já era habitual no século XVI e será característico dos Estados do Antigo Regime, os direitos reais não eram cobrados directamente, mas sim arrendados. Tal processo proporcionava, entre outras vantagens, uma maior regularidade de ingressos nos cofres públicos, ao mesmo tempo que ligava à coroa os interesses de estratos importantes do terceiro estado.

25

A receita dos almoxarifados

A malha administrativo-fiscal do Estado era muito mais apertada na Estremadura do que nas outras três comarcas. Havia três almoxarifados no Entre-Douro-e-Minho ...; dois em Trás-os-Montes ...; e dez na Estremadura É natural que a maior ou menor densidade da estrutura administrativo-fiscal, a nível regional, seja reflexo do grau de desenvolvimento das comunidades e, logicamente, da mancha populacional. No entanto, para o caso da Estremadura, a explicação global (/26) terá de ter em conta outro factor determinante: a proximidade geográfica da corte, ou seja, dos principais órgãos de decisão da instituição monárquica, numa cidade que a coroa assume como capital desde os finais do século XIII.

28

Na receita dos almoxarifados pesa, talvez entre 80 e 90 por cento, o produto da cobrança das sisas , imposto típico das comunidades onde a economia monetária é prevalecente, em contraste, portanto, com as regiões de reduzido cunho urbano e de persistência ampla de uma economia de trocas directas .

30

Rendimento das alfândegas e portos secos

72% dos rendimentos da coroa relativos às taxas sobre o comércio internacional provinham das alfândegas (tráfico marítimo) e 28% dos portos secos (comércio efectuado pela fronteira terrestre). O rendimento da alfândega de Lisboa superava, por si, o de todos os portos secos do país.

A peste de 1526 produziu uma quebra notória nestes rendimentos, ao afastar do estuário do Tejo muita da navegação estrangeira.

32

... O comércio marítimo distribui-se, preponderantemente, por Lisboa, pelo Porto e pelo Entre-Douro-e-Minho e, em menor grau, pelas restantes alfândegas da Estremadura e litoral algarvio. Quanto aos portos secos, que alcançam apenas 28% do montante aduaneiro do país, a primazia cabe aos da Beira, acompanhados de perto pelos de Trás-os-Montes, e excedendo em cerca de um milhão de reais os da raia alentejana.

33

Esta ordem de importância dos postos aduaneiros pode explicar-se, na segunda metade do século XVII, em função de uma causa exterior a Portugal: referimo-nos à cidade castelhana de Medina del campo. Relativamente a esta cidade castelhana, «corazón mercantil de la época», ... a Beira era das três comarcas portuguesas a que melhor se situava, pois que as ... estradas de Plasencia e de Salamanca iam inserir-se no importante nó rodoviário de Medina .

34

A não existência de portos secos na comarca de Entre-Douro-e-Minho pode estar relacionada com a vontade da coroa de «empurrar» o comércio para os portos de mar, onde o controlo era mais simples. Nesse sentido, são proibidas as actividades de grande comércio pela fronteira terrestre do Minho, encaminhando-o para as alfândegas marítimas da comarca .

Outras receitas do reino

Além dos ingressos dos almoxarifados , das alfândegas e dos portos secos , o orçamento de 1526 poucos mais sectores particulariza do total das receitas metropolitanas do Estado.

36

Importância das almadravas (armações de captura do atum) do Algarve. Em 1526, o órgão administrativo das almadravas passa a ter categoria jurídica de feitoria . A venda do atum representa, neste ano, mais de 31% da contribuição do Algarve para a coroa. Significativamente, o atum teve honras de menção específica no testamento de D. Manuel I ,(/37) numa perspectiva regalista idêntica à que adiante apontamos para as sisas e alfândegas .

As sisas representavam 72% do total da receita metropolitana da coroa.

38

Recaíam sobre todas as mercadorias compradas, vendidas ou trocadas, excepto ouro, prata, pão cozido, cavalos e armas. Este imposto, que começara como contribuição voluntária, tornou-se, logo no início do século XV, o principal alicerce do Estado português, representando, já em 1402, 3/4 da receita total .

As queixas dos povos para pôr termo à sua cobrança são rejeitadas formal e definitivamente por D. João II nas respostas aos capítulos das cortes de Évora-Montemor , de 1481-82. Com D. Manuel I , a universalidade do imposto é comprometida pela isenção atribuída às igrejas, mosteiro e pessoas eclesíásticas (1498), Ordem de Cristo (1503) e o próprio rei. Asisa correspondia, normalmente, a 10% do valor das mercadorias transaccionadas.

39

Sisas + Alfândegas

(= produto fiscal do comércio

interno e externo) de 1526

= 84,5% das receitas da coroa

Depois das sisas, mas a grande distância, situam-se os direitos alfandegários (12, 4% do total).

... Esta extraordinária importância da mercancia como base do Estado ... é assumida pela coroa, em termos legais, no tit. XLV do liv. II das Ordenações Manuelinas

... Na distribuição percentual das receitas do reino surgem-nos, depois da receita alfandegária, os elevados proventos (5,1% do total) que a coroa auferia do funcionamento de duas instituições de topo da sua estrutura administrativo-judicial: as chancelarias da corte e do nível .

40

... A par dos ganhos fiscais retirados do comércio ... , o desenvolvimento do aparelho burocrático central - acelerado no reinado de D. Manuel I e marcando o Estado Português moderno - revela-se bastante rendoso para a fazenda real, que deste modo se autofinancia em apreciável escala.

Com um valor bastante aproximado (3,8%) ... vem, em último lugar, o lucro obtido da venda do atum do Algarve.

Réditos ultramarinos

42

As ilhas da Madeira e dos Açores, os tratos da Guiné com a vintena e a ilha de S. Tomé representavam para a fazenda real, em 1526, ... 18% do total conhecido da receita do Estado, que não inclui a Mina, a Índia, nem o Brasil.

Dois orçamentos em confronto: Caminhos de um país macrocéfalo

Necessidade de relacionar com as receitas as contribuições das diferentes zonas do país. A principal ilação que se extrai da comparação dos valores é a de que população e receita fiscal não são valores directamente proporcionais no Portugal de D. João III .

43

... o nexa explicativo da diferenciação dos contributos das comarcas na receita do Estado tem de ser encontrado na diversidade da geografia urbana de Portugal, e não basicamente nas áreas ou número de habitantes.

45

A existência de um orçamento para 1557 permite-nos obter uma visão global do crescimento dos réditos públicos e aquilatar das variações da participação fiscal regional. Nesse período de 31 anos, à semelhança do que se verificou nos demais estados europeus, o orçamento cresceu significativamente em função de factores impossíveis por ora de quantificar para o caso português: aumento populacional, desenvolvimento urbano, subida de preços, possível agravamento da carga fiscal, etc. A este feixe (/46) de determinantes junta-se outro elemento decisivo - a actividade múltipla do Estado como grande agente económico, colector e redistribuidor de rendimentos, reforçada em Portugal pelas responsabilidades ultramarinas.

Neste período, apenas a comarca do Algarve apresenta um decréscimo na sua receita fiscal.

49

... Sintetizando, podemos traçar o seguinte panorama da evolução das tendências económicas de Portugal ao longo do reinado de D. João III :

hipertrofia de Lisboa com grande crescimento da Estremadura e do Alentejo;

problemas nas outras províncias onde as actividades do comércio marítimo internacional eram importantes no primeiro quartel do século XVI - hipotética contracção de receitas

no Algarve e crescimento lento do Entre-Douro-e-Minho;

embora desenvolvendo-se a ritmo muito mais lento do que a Estremadura ou o Alentejo, o Norte interior defende-se melhor do que o litoral - as receitas da Beira crescem 41% e as de Trás-os-Montes aumentam em mais de metade.

51

... A macrocefalia do país jaz assim em Lisboa, e é moldada pelo ritmo de crescimento da sua alfândega, organismo particularmente sensível não só às vicissitudes próprias do comércio internacional, mas também a um outro conjunto de acções que lhe são particularmente adversas: a pirataria e o corso.